



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Processo Seletivo Público (Aplicação: 30/9/2001)

Cargo:

ADVOGADO PLENO

Nas questões de 1 a 40, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a marcação na coluna **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 1 a 3

Acidentes em alto-mar

Acidentes em alto-mar, envolvendo plataformas exploradoras das riquezas marinhas, entre elas o petróleo, marcaram a história das empresas petrolíferas do mundo, a partir da segunda metade do século XX.

A maior dessas tragédias aconteceu em março de 1980, no campo petrolífero de Ekofisk, no Mar do Norte: a plataforma Alexander Kielland, da Noruega, afundou durante uma tempestade, quando uma das peças metálicas de sua base rachou. Morreram mais de 120 pessoas e cerca de cem foram dadas como desaparecidas.

Dois anos depois, a maior plataforma submarina de exploração de petróleo do mundo na época, a Ocean Ranger, afundou na costa gelada da ilha de Terra Nova, no Canadá. A força das ondas de trinta metros de altura e dos ventos de 130 quilômetros — um furacão! — causou o acidente que matou os 84 tripulantes da embarcação.

Em 1988, uma outra plataforma tombou no Atlântico, quando estava sendo rebocada de Halifax, no Canadá, para o Mar do Norte. Novamente o mau tempo foi o provocador do acidente: uma tempestade rompeu o cabo que ligava a plataforma ao rebocador. A tripulação — 25 canadenses — teve de abandonar a embarcação.

Na década de 70, o mundo assistiu a diversos acidentes. Em 1976, o petroleiro liberiano Sansinena explodiu no cais de uma companhia de petróleo na baía de Los Angeles. Cinco pessoas morreram, três desapareceram e cinquenta ficaram feridas. A explosão foi sentida a 65 quilômetros de distância.

As décadas de 60 e 70 foram palco de grandes vazamentos de óleo do século. Em 1967, o petroleiro Torrey Canyon encalhou no Canal da Mancha, lançando cem mil toneladas de óleo cru na água. Mais de cinquenta mil aves morreram no acidente que foi considerado o maior de todos os tempos. Em 1973, a Baía de Guanabara recebeu um grande despejo de óleo diesel que poluiu toda a extensão da Praia do Flamengo. Na época, a Capitania dos Portos aplicou uma pesada multa ao navio liberiano, responsável pelo vazamento.

Em março de 2001, aconteceu no Brasil a tragédia mais recente: a plataforma P-36 afundou, seis dias após terem acontecido três explosões em uma de suas colunas, causando a morte de dez pessoas. A respeito desse episódio, em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da PETROBRAS, Henri Philippe Reichstul, se disse transtornado com as perdas: “Esse é um momento triste e frustrante. Agora nossa maior preocupação é supervisionar os trabalhos ambientais e dar toda assistência às famílias dos mortos”.

QUESTÃO 1

A partir da análise das idéias presentes no texto LP-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Em relação aos acidentes narrados, os parágrafos iniciais do texto destacam as conseqüências lesivas à espécie humana, enquanto os parágrafos finais referem-se também aos prejuízos ao ambiente natural.
- 2 As causas dos fatos narrados residem no fato de que o ambiente marinho está mais sujeito a acidentes que o espaço terrestre, haja vista que o mar, historicamente, tem despertado no ser humano grande curiosidade e medo, motivando a busca de novas investigações.
- 3 Em todos os acidentes em alto-mar narrados, os motivos apresentados advêm de reações do ambiente marítimo à ação da espécie humana, irresponsável quando se trata de extrair riquezas das profundidades do mar.
- 4 Os fatos narrados dão conta de que o Hemisfério Norte está mais sujeito a acidentes em alto-mar que o Hemisfério Sul, devido ao grande desenvolvimento científico e tecnológico daquela região.
- 5 Quanto ao prejuízo humano, comparando o número de vítimas em acidentes envolvendo plataformas exploradoras de petróleo, a tragédia mais recente foi a menos grave da História.

QUESTÃO 2

Considerando os princípios de tipologia textual, julgue os itens abaixo, relativos ao texto LP-I.

- 1 O texto estrutura-se em uma seqüência cronológica, em ordem crescente, do passado mais remoto aos dias atuais.
- 2 O texto apresentado estrutura-se a partir de dois componentes básicos: uma seqüência de acontecimentos e as implicações de tais ocorrências.
- 3 Mantendo uma estrutura dissertativa, o texto apresenta os fatos ocorridos e os argumentos que sustentam o posicionamento do autor acerca dos acontecimentos.
- 4 O texto descreve, em detalhes, os acidentes em alto-mar acontecidos na segunda metade do século XX, atribuindo sempre a fatores sobrenaturais as perdas sofridas.
- 5 O texto apresenta a estrutura de uma reportagem, em que predomina a narração de fatos, suas causas e conseqüências, sem grandes comentários avaliativos por parte do narrador.

QUESTÃO 3

Os itens seguintes apresentam reescrituras dos parágrafos citados do texto LP-I. Julgue-os quanto à correção gramatical e à manutenção das idéias essenciais do respectivo texto.

- 1 Segundo parágrafo – **Em março de 1980 houve a maior das tragédias, no campo petrolífero de Ekofisk, no Mar do Norte. Uma das peças metálicas da base da plataforma Alexander Kielland, da Noruega, rachou durante uma tempestade, levando à morte mais de 120 pessoas e deixando desaparecidos cerca de cem indivíduos.**
- 2 Terceiro parágrafo – **A maior plataforma submarina de exploração de petróleo do mundo, em 1982, a Ocean Ranger, afundou devido a um furacão cuja força das ondas e dos ventos causou o acidente que matou os oitenta e quatro tripulantes da embarcação, na costa gelada da ilha de Terra Nova, no Canadá.**
- 3 Quarto parágrafo – **Uma plataforma que estava sendo rebocada do Canadá para o Mar do Norte afundou no Atlântico, em 1988; o agente provocador desse acidente foi o mau tempo: o cabo que ligava a plataforma ao rebocador foi rompido por uma tempestade, tendo de abandonar o barco os vinte e cinco canadenses que consistiam na tripulação.**
- 4 Quinto parágrafo – **O mundo assistiu, na década de 70, diversos acidentes, entre eles o do petroleiro liberiano, que explodiu no cais de uma companhia de petróleo na baía de Los Angeles (onde a explosão foi sentida há sessenta e cinco quilômetros), levando cinco pessoas à morte e três à desaparecimento, além de ter provocado ferimentos em 50 pessoas.**
- 5 Sétimo parágrafo – **A respeito do episódio envolvendo a P-36, que afundou após terem acontecido três explosões em uma de suas colunas, causando a morte de dez pessoas, o presidente da PETROBRAS, em entrevista à imprensa, manifestando-se transtornado com as perdas, disse que o momento era triste e frustrante e que, a partir do acidente, a maior preocupação da empresa seria supervisionar os trabalhos ambientais e dar toda a assistência às famílias dos mortos.**

Receitas para sair da crise — opções disponíveis no país, na opinião de líderes empresariais e sindicais

1 Depoimento I – João Pedro Stédile: **Por um outro modelo**

O povo brasileiro vive uma grande crise. Só haverá solução duradoura se as medidas atacarem as verdadeiras causas.

4 E elas se concentram no modelo econômico historicamente adotado e nos desatinos da política mais recente, servil, que subordinou nossa economia aos interesses do capital financeiro internacional. Para sair da crise e construir uma sociedade mais justa, em que todos os brasileiros tenham pelo menos trabalho, moradia digna, terra para trabalhar, escola pública de qualidade e comida na mesa, será necessário um novo modelo econômico.

Depoimento II – Fernando Xavier Ferreira: **Um freio no consumo**

13 O momento exige cautela nas empresas. É preciso que todo investimento seja muito bem avaliado. Por cautela, entenda-se a redução da exposição aos riscos, mas não de maneira absoluta. O endividamento deve ser o menor possível. O mesmo raciocínio vale para as pessoas. Não é hora de adotar um modo de vida absolutamente espartano, mas também não é o momento para exageros consumistas. Temos de entender que nossa economia é saudável e que todas essas adversidades de curto prazo não contaminarão seus fundamentos.

22 Depoimento III – Paulo Pereira da Silva: **À espera da mudança**

Apesar de ter anunciado um programa de desenvolvimento que apoiamos, o governo não conseguiu levá-lo adiante. Isso ocorreu não só por causa dos distúrbios nas economias asiática, russa e, agora, argentina. Ocorreu porque o governo não elegeu prioridades e errou ao concentrar esforços unicamente no necessário ajuste fiscal. Por causa disso, a dívida pública se elevou, os juros estão nas alturas, e os investimentos, em baixa. É preciso, principalmente, reformar a previdência social, para acabar com os privilégios, criar novo sistema tributário e fiscal, para garantir a competitividade das empresas, e fazer a reforma política e judiciária, para consolidar a democracia.

34 Depoimento IV – Manoel Horácio da Silva: **Imprevidência oficial**

A crise de energia traz problemas para a economia, mas provoca também uma conscientização sobre o uso da eletricidade. Todas as pessoas têm uma contribuição a dar nesse esforço, uma vez que hoje gastamos mais do que precisamos. Até as empresas devem aprender a economizar. Alguns setores da indústria usam a energia como insumo básico e vêm tendo sérios problemas para alcançar a meta estabelecida pelo governo. Acredito, porém, que essa situação vai acabar induzindo as indústrias a serem criativas para superar a adversidade.

Depoimento V – Sérgio Andrade: **A lição da sociedade**

46 Creio que o aspecto mais relevante e inesperado do atual momento é a resposta da sociedade civil à crise energética. Isso mostra que a capacidade de mobilização do povo diante de um desafio real é muito maior do que se imaginava. Esse fato nos enche de esperança, porque pode ser aproveitado pelas lideranças políticas para promover melhorias nas condições de vida da população. Afinal, crises comparáveis à de energia elétrica existem na educação, na saúde, na segurança e no funcionamento da máquina administrativa do governo.

Época, n.º 165, 16/7/2001, p. 68-78 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Considerando as idéias manifestadas no conjunto de depoimentos que constituem o texto LP-II, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Apenas o depoimento I não exterioriza esperanças de solução para a crise, seja em curto, seja em longo prazo.
- 2 Os depoimentos I e II manifestam-se no sentido de que a crise por que passa o país tem natureza econômica.
- 3 O depoimento III revela que a crise política, derivada da má gestão administrativa do país, tem solução; esta passa por aspectos sociais, tributários, econômicos e jurídicos.
- 4 Os depoimentos IV e V associam a crise energética a problemas nacionais e manifestam expectativas favoráveis à solução, com vistas à superação de adversidades.
- 5 Nos depoimentos de II a V, há “**Receitas para sair da crise**”, mas as propostas de solução são distintas em natureza e teor.

QUESTÃO 5

Considerando os aspectos sintáticos e semânticos dos depoimentos apresentados no texto LP-II, julgue os itens que se seguem.

- 1 No depoimento I, não altera o sentido original do texto a transformação do segundo período em **Haverá solução duradoura se as medidas atacarem só as verdadeiras causas**.
- 2 O depoimento I informa, sintaticamente, que os brasileiros têm, entre suas carências, “menos trabalho, moradia digna, terra para trabalhar, escola pública de qualidade e comida na mesa” (R.8-10).
- 3 No depoimento II, a passagem “Não é hora de adotar um modo de vida absolutamente espartano, mas também não é o momento para exageros consumistas” (R.17-19) apresenta uma construção adversativa que, contextualmente, opõe “espartano” a **consumista**.
- 4 O primeiro período do depoimento III apresenta uma estrutura sintática que favorece o entendimento de que o governo é subordinado ao programa de desenvolvimento que ele próprio formula.
- 5 No depoimento III, as duas orações coordenadas contidas no trecho “Ocorreu porque o governo não elegeu prioridades e errou ao concentrar esforços unicamente no necessário ajuste fiscal” (R.26-28) exercem idêntica circunstância de causa, relativa à forma verbal “Ocorreu”.

QUESTÃO 6

Considerando a manutenção das normas gramaticais, julgue as passagens dos depoimentos do texto LP-II reescritas nos seguintes itens.

- 1 Entre as “**Receitas para sair da crise**”, nomeadas pelo título da reportagem, encontram-se opções disponíveis no país, na opinião de líderes empresariais e sindicais.
- 2 Principalmente é preciso: 1) reformar a previdência social, para acabar com os privilégios; 2) criar novo sistema tributário e fiscal, para garantir a competitividade das empresas; 3) fazer as reformas política e judiciária, para consolidar a democracia.
- 3 As pessoas e até as empresas tem uma contribuição a esse esforço, haja visto, que hoje gastamos mais que precisamos, urge aprender a economizar.
- 4 Os depoentes acreditam a despeito de toda a conjuntura nacional, que a situação vai induzir as indústrias, a buscarem soluções criativas para a superação da adversidade.
- 5 Existe crises no setor energético, na educação, na saúde, na segurança, e no funcionamento da máquina administrativa; todavia um fato enche-nos de esperança: as lideranças políticas estão empenhadas com melhorar as condições de vida da população.

LÍNGUA INGLESA

Text LI-I – questions 7 and 8

PETROBRAS became the latest oil group to benefit from last year's surge in oil prices when the Brazilian company reported that net profits in 2000 had more than quadrupled to R\$ 9.94 bn (US\$ 4.97 bn) — the highest figure ever recorded by a Brazilian company.

The rise in net profits was the result of increases in production and the company's efforts to scale up bureaucracy.

Under the leadership of Henri Philippe Reichstul, who took over as president in 1999, PETROBRAS has embarked on a US\$ 33 bn investment plan over five years to virtually double oil and gas production, clean up the company's financial affairs and expand abroad.

In August last year, PETROBRAS boosted its profile in the international investment community with a successful US\$ 4 bn share offering, the largest made by a Brazilian company.

However, the group's efforts to modernize its image suffered a setback in December when the government forced it to abandon a plan to change its name to "PETROBRAX" which was designed to reflect its increasing international presence.

Internet: <<http://news.ft.com/news/worldnews/americas>> (with adaptations).

QUESTÃO 7

From text LI-I, it can be gathered that

- 1 it took some time for PETROBRAS to benefit from 2000's increase in oil prices.
- 2 in 2000, the relation between dollars and *reais* was, at least once, one to two, respectively.
- 3 US\$ 4.97 bn means four billion and ninety-seven dollars.
- 4 never before last year, had any Brazilian company had the same financial performance as PETROBRAS did.
- 5 PETROBRAS net profit added up to R\$ 39.76 bn in 2000.

QUESTÃO 8

Based on text LI-I, it can be concluded that

- 1 at least three factors contributed to the rise in PETROBRAS's net profits.
- 2 Henri Philippe Reichstul became PETROBRAS's president the year before last.
- 3 three goals were settled when Henri Philippe Reichstul took over PETROBRAS's presidency.
- 4 PETROBRAS's name should be kept as it is according to a special group created to modernize its image.
- 5 PETROBRAS not only got the highest profit ever recorded by a Brazilian company, but it was also the one to offer the largest share in Brazil.

Text LI-II – questions 9 and 10

1 In 1995, the stated-owned PETROBRAS lost the oil monopoly it enjoyed since 1953 and is now starting to face competition. It still dominates almost every segment of the country's upstream and downstream oil industry. But the company is now changing at a fast pace. The new management is grafting modern structures onto the company by dividing it into business units, creating profit centers and introducing benchmarking* for all activities. Though, by law, the government must hold a controlling majority in the company, it plans to sell excess stock, raising a minimum of about US\$ 2 billion.

***benchmarking** – standard example or point of reference for making comparisons.

Internet: <<http://www.buybrazil.org/econ.html>> (with adaptations).

QUESTÃO 9

From text LI-II, it can be deduced that

- 1 PETROBRAS lost the oil monopoly 48 years ago.
- 2 PETROBRAS controls every segment of Brazil's up and downstream oil industry.
- 3 PETROBRAS has always been facing competition.
- 4 the new management is introducing slow changes in the company.
- 5 the modern structures are based on decentralization of PETROBRAS's activities.

QUESTÃO 10

In text LI-II,

- 1 "stated-owned" (R.1) means **owned by the state**.
- 2 "all activities" (R.8) is the same as **every activity**.
- 3 "Though" (R.8) can be correctly replaced by **Although**.
- 4 "must" (R.9) is synonymous with **can**.
- 5 "it" (R.10) refers to PETROBRAS.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 11 a 15, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

QUESTÃO 11




A figura acima ilustra a área de trabalho (*desktop*) de um determinado computador cujo sistema operacional é o Windows 98. Entre as ferramentas disponíveis no Windows 98, encontra-se o *Active Desktop*, que torna possível personalizar o *desktop* e integrá-lo à *Web*. Com o *Active Desktop*, pode-se transformar elementos da *Web* em elementos da área de trabalho, como pode ser observado na figura acima, na qual duas janelas estão integradas ao *desktop*, realizando o acesso por meio da Internet a páginas dos sites <http://www.petrobras.com.br> e <http://www.cespe.unb.br>. Com base na figura acima, julgue os itens seguintes, acerca do Windows 98 e de suas diversas ferramentas.

1 Caso um usuário do computador cujo *desktop* está mostrado na figura queira compactar todos os arquivos armazenados no *winchester*,



será suficiente que ele aplique um duplo clique no ícone WinZip.

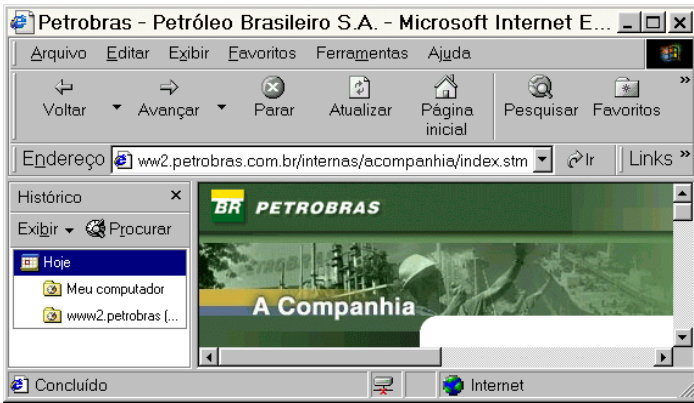
2 Dada a existência do ícone  Ambiente de rede, pode-se concluir que o computador cujo *desktop* está ilustrado na figura acima está conectado a um ambiente de rede denominado LAN (*local area network*). Nesse tipo de ambiente, uma placa de rede se faz necessária, dispensando o uso de uma placa *fax/modem* instalada no computador para o acesso à Internet. A velocidade de transmissão de dados nesse tipo de rede pode chegar a 155 bps por usuário, sendo muito superior à taxa de transmissão obtida em redes *dial-up*.

3 Versões atuais do Windows 98 permitem o compartilhamento de uma conexão à Internet com vários computadores em uma rede doméstica.







4 A partir do *Active Desktop*, pode-se adicionar conteúdo ativo à área de trabalho do computador, ou seja, pode-se adicionar conteúdo da *Web* que possui atualização periódica no *site* de origem e, simultaneamente, uma atualização automática na área de trabalho do computador.

5 É possível inserir no *desktop* um elemento de acesso à *Web* por meio do seguinte procedimento: executar o Internet Explorer 5; na barra de endereços desse *software*, introduzir o URL da página que se deseja inserir no *desktop*; ao final do processo de *download* dessa página, clicar com o botão direito do *mouse* em qualquer local da página obtida; no *menu* que aparece em decorrência dessa ação, selecionar Definir como item da Área de trabalho; proceder às configurações finais.

QUESTÃO 12

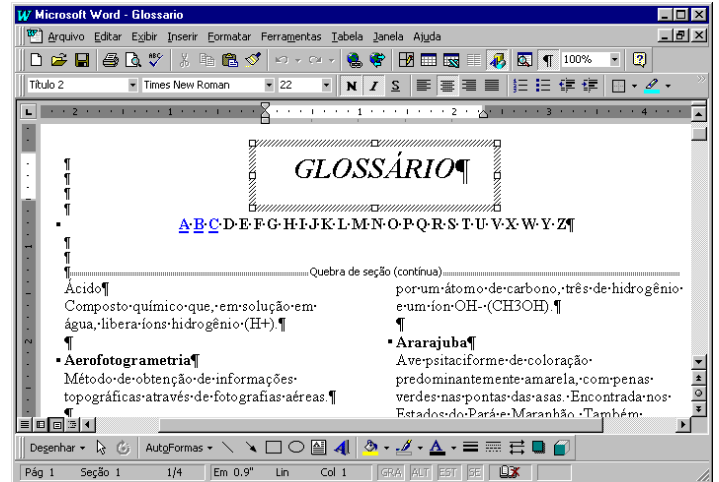


A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer 5. Com base nessa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Internet Explorer 5 e do Windows 98.

- 1 O processo de *download* da página ilustrada está concluído.
- 2 Pela figura, não é possível precisar a quantidade de páginas do *site* relacionado a  [www2.petrobras](http://www2.petrobras.com.br) que foram acessadas na seção indicada por .
- 3 Supondo que o acesso à Internet esteja sendo realizado por meio de uma rede *dial-up*, uma forma de reduzir os gastos relacionados ao uso da rede telefônica seria por meio do acionamento do botão  ao término de um processo de *download* de página. A partir desse procedimento, cada vez que o botão  é acionado, a ligação telefônica que estabelece o acesso *dial-up* com o provedor de Internet é suspensa.
- 4 Para um determinado usuário, pode-se tornar a página mostrada na figura uma das favoritas do Internet Explorer 5 por meio do botão . Pode-se alcançar os *sites* favoritos da Web diretamente a partir do *menu* Iniciar ou a partir de diversos outros pontos do ambiente do Windows 98.
- 5 Para que um usuário obtenha informações referentes às condições de acesso à Internet, tais como a taxa de transmissão e o tempo de acesso decorrido em uma determinada sessão, será suficiente que ele clique sobre o botão .






Texto CI-I – questões 13 e 14

Um empregado de uma empresa está elaborando, com o auxílio do editor de textos Word 97, um glossário contendo termos técnicos. A janela mostrada na figura abaixo apresenta parte do referido documento, ainda na fase de edição.



QUESTÃO 13

Considerando o texto CI-I e o Word 97, julgue os itens que se seguem.

- 1 A palavra “GLOSSÁRIO” foi incluída no documento por meio da ferramenta de desenho ativada pelo botão .
- 2 A partir da figura, pode-se concluir que, para a digitação dos termos técnicos na forma mostrada na área de trabalho do Word 97, o empregado inseriu uma tabela com duas colunas e várias linhas.
- 3 Sabendo que o estilo do termo “Ácido” não é o mesmo estilo utilizado para o termo “Ararajuba”, caso o empregado deseje padronizar o estilo do primeiro termo a partir do estilo do segundo, ele obterá sucesso nesse intento por meio da seguinte seqüência de ações: determinar o estilo que está sendo utilizado no segundo termo, posicionando o cursor sobre a palavra “Ararajuba”; posicionar o cursor sobre a palavra “Ácido”; na caixa de estilos , clicar sobre o estilo determinado anteriormente.
- 4 Sabendo que, para facilitar a navegação pelo documento, o empregado está utilizando o recurso de *hyperlinks*, e que, no glossário em elaboração mostrado na figura, essa ferramenta já foi associada às letras A, B e C, para inserir um salto no glossário para o primeiro termo contendo a letra D, é suficiente que o empregado posicione o cursor na esquerda da letra D em  e clique no botão .
- 5 Caso deseje disponibilizar o glossário para acesso via Internet, o empregado tem a opção de salvar o documento no formato HTML. No entanto, essa opção causa alguma perda de formatação. Para visualizar como o documento ficaria nesse formato, é suficiente clicar no botão .

QUESTÃO 14

Julgue os itens abaixo, ainda relativos ao texto CI-I e ao Word 97.

- 1 Caso deseje identificar todas as páginas do documento com o nome da empresa, mantendo o mesmo padrão, será correto o empregado adotar o seguinte procedimento: clicar em **Exibir**; na lista de opções resultante, clicar em Cabeçalho e rodapé; digitar o nome da empresa na área reservada para texto; na barra de ferramentas resultante da segunda ação, clicar em Fechar.
- 2 O empregado conseguirá numerar as páginas do documento por meio da seqüência de ações a seguir: clicar em **Ferramentas**; na lista de opções resultante dessa ação, clicar em Número de páginas; na janela de diálogo resultante, definir a posição do número das páginas; clicar em OK.
- 3 No ambiente Windows 98, os recursos disponíveis no *menu* **Ferramentas** do Word 97 permitem que o usuário salve o documento mostrado na figura em qualquer *site* da Internet, como, por exemplo, o da PETROBRAS.
- 4 Para que o empregado possa salvar o documento do Word 97 em formato PDF, é necessário que o *software* PowerPoint esteja instalado no computador.
- 5 O empregado poderia incluir uma equação no documento, utilizando o editor de equações, disponibilizado na instalação do Word 97. O editor de equações é acessado com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar em **Inserir**; na lista de opções resultante, clicar em Símbolo. Como resultado dessa ação, é disponibilizada uma área na qual a equação pode ser digitada. Para retornar ao documento, é suficiente clicar em um ponto qualquer fora dessa área.

QUESTÃO 15

	A	B	C	D	E
1	Controle de entrada de gasolina				
2					
3	Data	Código	Tipo	Quantidade (litros)	Valor (R\$)
4	10/2/01	1	comum	20.000	22.000
5	21/2/01	2	aditivada	15.000	20.000
6	13/3/01	1	comum	25.000	27.500
7	29/3/01	1	comum	20.000	22.600
8	25/4/01	2	aditivada	20.000	24.000
9					
10					

A janela acima mostra uma planilha do Excel 97, utilizada pelo gerente de um posto de combustíveis para controlar as compras de gasolina comum e aditivada, efetuadas ao longo dos meses de fevereiro a abril de 2001. Na planilha, o tipo de gasolina, mostrado na coluna C, a partir da célula C4, é uma função do código: na coluna B, se o código for “1”, a gasolina é comum; se o código for “2”, a gasolina é aditivada. Julgue os itens a seguir, relativos à janela mostrada e ao Excel 97.

- 1 O Excel permite, a partir da função SE, automatizar o preenchimento da coluna C, de C4 a C8.
- 2 O gerente pode ter mesclado as células e centralizado o texto na primeira linha da planilha por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar as células de A1 a D1; clicar em .
- 3 O gerente pode determinar o total de dias decorridos entre as duas compras de gasolina aditivada, pondo o resultado na célula A10, por meio da seqüência de ações a seguir: selecionar a célula A10; formatar essa célula para números; digitar =A8-A5; teclar **<<**.
- 4 Para calcular o valor total gasto na compra de gasolina aditivada, o gerente terá sucesso nesse intento se digitar a expressão =SOMA(C4:C8;"aditivada";E4:E8), na célula E9, e teclar, em seguida, **<<**.
- 5 O gerente obterá imediatamente, na célula E9, o valor total gasto na compra das gasolinas comum e aditivada, realizando a seguinte seqüência de ações: posicionar o cursor na referida célula; selecionar as células de E4 a E8; clicar em **Ferramentas**; na lista de opções que será aberta, clicar em Subtotais.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

Transmitidas para todo o mundo, as cenas dos ataques terroristas aos Estados Unidos da América (EUA), no dia 11 de setembro de 2001, assinalaram, para diversos analistas, o efetivo início do século XXI. Há consciência, por parte de muitos, de que uma nova era está surgindo, de que as relações internacionais e o próprio sistema de poder mundial não mais serão os mesmos após esses atos que, para além da dimensão material e humana, feriram símbolos incontestáveis do poderio norte-americano. A propósito desses episódios, julgue os itens que se seguem.

- 1 No campo simbólico, a destruição das torres do World Trade Center, em Nova Iorque, e de parte das instalações do Pentágono, em Washington, significou atingir, a um só tempo, edificações emblemáticas do poder econômico e militar dos EUA e desvelou a vulnerabilidade do país a um ataque dessa natureza.
- 2 A relação entre os atos terroristas e a questão do Oriente Médio, como se fez de imediato, torna-se incompreensível e historicamente insustentável; afinal, o governo George W. Bush apenas aprofunda a política de seus antecessores — como Bill Clinton — para a região, marcada pela equidistância e pelo discreto apoio aos países árabes.
- 3 Causaram indignação mundial as cenas veiculadas pela televisão, logo após os atentados: lideranças palestinas, das mais radicais às moderadas, Yasser Arafat à frente, foram unânimes no apoio aos atos terroristas, defendendo esse tipo de atitude como única forma de pressionar o Ocidente a aceitar a instalação do Estado nacional palestino.
- 4 Em torno dos dramáticos episódios que ensanguentaram os EUA, um nome passou a ser insistentemente pronunciado por dirigentes e pela mídia mundial como provável responsável pelo ataque: Osama Bin Laden, considerado o maior terrorista da atualidade, que viveria escondido no Afeganistão, sob a proteção do movimento integrista islâmico Talibã.
- 5 Questionada há algum tempo quanto à eficiência de seus atos, a Organização das Nações Unidas agiu com extrema rapidez, ofuscando a ação do governo norte-americano, imediatamente após os atentados: convocou extraordinariamente o Conselho de Segurança e chancelou a ação da OTAN no ataque ao Afeganistão.

QUESTÃO 17

A declaração de renúncia à Presidência do Senado Federal, feita pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), é mais um ingrediente adicionado a uma crise política de grande dimensão, que se arrasta desde o ano 2000. A respeito da sequência de episódios que colocaram o Senado na incômoda posição de centro de um cenário de crise profunda, visivelmente vinculada com a sucessão presidencial de 2002, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Há íntima relação entre os casos envolvendo os senadores Jader Barbalho e Luiz Estevão, o primeiro a ser cassado por seus pares: em ambas as situações, prevaleceu a acusação de uso do cargo de senador para auferir elevados ganhos em suas atividades empresariais.
- 2 Os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães tiveram seus mandatos cassados e isso se deveu a questões éticas: ambos foram flagrados contratando especialistas de uma universidade paulista para fraudarem o painel eletrônico de votações do Senado.
- 3 Mesmo sem ter ocupado cargo de destaque na cúpula do PMDB, o senador Jader Barbalho recebeu, até o fim, o apoio incondicional dos dirigentes de seu partido, ao qual retribuiu, apoiando a candidatura vitoriosa do senador goiano Maguito Vilela na recente convenção peemedebista.
- 4 Entre as acusações levantadas contra o senador Jader Barbalho, figuram a manipulação de recursos do BANPARÁ a fim de obter vantagens financeiras e o exercício de forte influência na aprovação de projetos — e liberação dos respectivos financiamentos — na área da SUDAM.
- 5 Os processos de cassação e de renúncias trouxeram ao debate a peculiar situação dos suplentes que assumem o cargo de senador, para completar o mandato dos titulares afastados: já há quem questione a figura desses suplentes tal como hoje se apresentam, propondo alteração na forma de sua eleição e nas condições em que poderão assumir o cargo.

QUESTÃO 18

O termo **globalização**, bastante conhecido na atualidade, é utilizado para definir o quadro mundial contemporâneo, particularmente no aspecto econômico, que se consolida a partir das últimas décadas do século XX. Assentado na alta tecnologia, que amplia a capacidade produtiva e agiliza a circulação de produtos e de capitais, esse processo de **mundialização** da economia supera barreiras tradicionais, defende políticas públicas liberais e flexíveis, além de proceder a uma espécie de sacralização do mercado. Relativamente a esse quadro global, julgue os itens seguintes.

- 1 O que se denomina atualmente de globalização é, em verdade, uma nova etapa no processo evolutivo do sistema capitalista e que, apesar de suas inegáveis especificidades, mostra-se muito semelhante ao que se chamava antes de imperialismo.
- 2 Nesse quadro de globalização, é de fundamental importância o aporte que, sob variadas formas, lhe é dado pela tecnologia; uma área em que a tecnologia mostra-se indispensável é o mercado financeiro, cujo funcionamento, nos padrões atuais, requer uso intensivo da informática, da comunicação instantânea e da rede mundial de computadores.
- 3 Nos últimos anos, amplia-se o número de vezes que se levantam na contestação aos rumos seguidos pela globalização: é o “espírito de Seattle”, marcado pelas manifestações de rua sempre que se reúnem dirigentes dos países capitalistas mais poderosos ou integrantes de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, identificados com os rumos da economia mundializada.
- 4 O último encontro dos dirigentes do G-7 (na realidade, G-8, com a inclusão da Rússia no grupo formado pelos sete países capitalistas mais ricos), ocorrido em Gênova, na Itália, produziu, a partir do confronto com as forças policiais, a primeira morte entre os manifestantes contrários à forma pela qual a globalização está sendo conduzida.
- 5 O Fórum Social Mundial, como o ocorrido em Porto Alegre, pretende ser mais do que mera contestação à globalização: como uma resposta ao Fórum Econômico Mundial, busca encontrar alternativas ao modelo econômico hoje hegemônico, especialmente no que concerne à redução de seus efeitos considerados injustos e socialmente perversos, como o desemprego.

QUESTÃO 19

Para boa parte dos analistas, uma das características marcantes — e dramáticas, dependendo do ponto de vista — da sociedade contemporânea é a acentuada mercantilização de suas mais variadas atividades. O sociólogo Domenico de Masi, por exemplo, refere-se ao tetracampeão de Fórmula 1 Michael Schumacher como um *manufaturado* tecnológico. A propósito dessa acentuada presença dos interesses financeiros e empresariais nos diversos setores da vida social, julgue os itens abaixo.

- 1 Atualmente, as competições esportivas internacionais, malgrado toda a estrutura de negócios que envolvem, como elevados investimentos na expectativa de retorno financeiro compensador, aproximam-se mais e mais do ideal olímpico que os gregos antigos cultuavam e que, na Idade Contemporânea, o Barão de Coubertin procurou recuperar.
- 2 Quando o citado autor italiano define o piloto alemão como um “*manufaturado* tecnológico”, faz indisfarçável elogio ao atleta que, pressionado pela necessidade de vencer em ambiente de acirrada competição, não abriu mão de sua individualidade e mesmo assim tornou-se tetracampeão.
- 3 Se, no campo esportivo, a mercantilização domina amplamente a cena, o mesmo não pode ser dito em relação às artes de maneira geral: cinema e música popular, por exemplo, conseguiram chegar ao início do século XXI sem se transformarem em “indústria do entretenimento”.
- 4 Mais do que em qualquer outro período da História, a civilização contemporânea vive sob o domínio da imagem e do espetáculo; daí, a força e o prestígio da mídia, sobretudo a eletrônica, nos dias de hoje; eis porque a informação e o conhecimento — produtos ainda não-mercantilizados — atingem de modo equânime o conjunto da população mundial.
- 5 Tem-se como indiscutível, na atualidade, a crise pela qual passa o futebol brasileiro; uma explicação plausível talvez seja o fato de que, em um mundo em que os praticantes do esporte profissional tornaram-se uma espécie de engrenagens da grande máquina consumista, o Brasil não tenha conseguido profissionalizar seu esporte mais popular.

QUESTÃO 20

Há incertezas quanto ao futuro do mundo, e elas não são apenas reflexo dos atos de terror que abalaram os EUA na manhã de 11 de setembro de 2001. Bem antes disso, uma voz abalizada — a do historiador Eric Hobsbawm — já alertava para o fato de não se saber para onde seguir ante uma nova realidade: após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o colapso do socialismo no Leste europeu e a emergência isolada do predomínio norte-americano na cena internacional. Relativamente a esse quadro, julgue os itens que se seguem.

- 1 O fim da guerra fria, símbolo do confronto americano-soviético e do embate socialismo *versus* capitalismo, não eliminou os fabulosos arsenais nucleares existentes no mundo nem criou mecanismos eficientes de controle de ações bélicas, sejam elas deflagradas por Estados, grupos ou indivíduos.
- 2 O desaparecimento da URSS não significou a imediata e incontestável hegemonia dos EUA; para muitos estudiosos da política internacional, a velha ordem bipolar foi substituída, até o momento, por algo passível de ser definido como uma ordem unimultipolar, apesar da inegável ascendência norte-americana.
- 3 O ponto mais positivo da era pós-guerra fria foi a paz estabelecida no Oriente Médio: o fim da competição entre Moscou e Washington possibilitou a implantação do Estado palestino e o fim das hostilidades nessa região estratégica para o mundo, devido às suas reservas de petróleo.
- 4 Na América Latina, a superação da recente crise argentina consolidou o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, afastando as divergências entre seus integrantes, a começar pela harmonização das taxas alfandegárias e pela adoção de uma política cambial comum.
- 5 O recrudescimento das diversas manifestações de fundamentalismos (não necessariamente religiosos) e de nacionalismos exacerbados (quase sempre acompanhados de xenofobia e de intolerância) é motivo de acentuada preocupação mundial, hoje, sobretudo por seu extraordinário poder de gerar conflitos armados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Julgue-as à luz da legislação civil vigente.

- 1 Marcos, industrial, com 25 anos de idade, tem residência em Belo Horizonte, onde trabalha com ânimo de permanência. Conheceu Fabiana, com dezenove anos de idade, argentina, residente e domiciliada no Brasil, empresária, com estabelecimento comercial que lhe garante sustento por economia própria. Marcos e Fabiana resolveram casar-se em Belo Horizonte. Nessa situação, os impedimentos matrimoniais dirimentes, em relação a Fabiana, seriam analisados em face das legislações brasileira e argentina, concomitantemente.
- 2 Em 19/12/2000, foi publicada lei complementar que instituía contribuição social nova, não-prevista no texto constitucional, para custeio da seguridade social. Todavia, na pressa de atender à necessidade de arrecadação, na preparação do texto a ser publicado, foi suprimido o parágrafo do artigo 1.º, que definia a alíquota da exação novel. Assim, efetivou-se nova publicação da lei em 2/1/2001, adequando, então, o texto normativo publicado ao que fora aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nessa situação, como a lei não entraria em vigor na data da sua publicação, a *vacatio legis* definida na Constituição, para efeito da incidência da nova contribuição, seria contada, então, a partir da primeira publicação.
- 3 Caio emprestou vinte mil reais a José, ocasião em que se celebrou um contrato de mútuo. Entretanto, José não efetuou o pagamento do empréstimo no prazo avençado. Constrangido pelo liame de amizade e pelas dificuldades por que passava o amigo e devedor, Caio deixou fluir o prazo prescricional definido em lei para efeito da cobrança do seu crédito. Algum tempo depois, José necessitou de novo empréstimo. Para persuadir Caio a efetivar novo desembolso, José apresentou-lhe uma minuta de contrato, na qual constava declaração expressa de renúncia à prescrição que se consumara, relativamente ao primeiro empréstimo, bem como ao prazo prescricional relativo ao novo mútuo. Nessa situação, mesmo estipuladas contratualmente, somente a primeira renúncia será válida.
- 4 O pai de João presenteou-o com um automóvel quando ele foi aprovado no vestibular. João tinha, então, dezenove anos de idade. Como pretendia adquirir os móveis necessários para passar a viver com a sua namorada, João vendeu o automóvel sem a autorização dos seus pais. Valendo-se do fato de o registro do veículo no DETRAN estar em seu nome, ele preencheu o documento de transferência da propriedade e reconheceu a sua firma no cartório. Nessa situação, o Ministério Público não terá legitimidade para demandar pela invalidação do ato jurídico. Ademais, a pretensão de anular o ato, por parte do pai de João, estará sujeita a prescrição.
- 5 Querendo aproveitar a sombra que se projetava, Francisco estacionou o seu veículo paralelamente a uma das paredes do edifício em que residia, em local marcado no solo para estacionamento. Porém, algum tempo depois, parte do revestimento da parede desabou sobre o veículo. Nessa situação, o condomínio responderá pelos danos ocasionados a Francisco, sendo descabida a invocação de caso fortuito ou força maior.

QUESTÃO 22

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, relativa a contratos de compra e venda, seguida de uma assertiva a ser julgada. Julgue-as à luz da legislação vigente.

- 1 Maria adquiriu uma obra de arte que pertencera aos avós de César. Maria e César celebraram contrato por meio do qual a compradora se obrigava a oferecer a peça ao vendedor, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento, para que ele fizesse uso do seu direito de prelação em igualdade de condições. Nessa situação, ajustou-se a preempção em relação à compra e venda da obra de arte, o que é juridicamente possível, já que a lei admite essa espécie de avença tanto em relação a bens móveis quanto a bens imóveis. Todavia, o direito de César não se transmitirá aos seus herdeiros.
- 2 Sílvio, proprietário de vinte hectares de área localizada no perímetro urbano de uma cidade do interior mineiro, vinha, há meses, tentando alienar o imóvel. Como não lograsse êxito, aceitou a proposta da PETROBRAS — que pretendia instalar no local uma distribuidora própria de combustível —, equivalente a 50% do preço inicialmente pedido. Todavia, Sílvio impôs que se inserisse, no respectivo contrato, cláusula dispondo que o negócio se desfaria se, dentro de um ano, alguém oferecesse preço melhor pela área alienada. Nessa situação, a inclusão da condição resolutiva da compra e venda é juridicamente válida. A lei não a admite, contudo, se o objeto da compra e venda for bem móvel.
- 3 Manoel, proprietário de vinte hectares de área localizada no perímetro urbano de uma cidade do interior matogrossense, vinha, há meses, tentando alienar o imóvel. Como não lograsse êxito, aceitou a proposta da PETROBRAS — que pretendia instalar no local uma distribuidora própria de combustível —, equivalente a 50% do preço inicialmente pedido. Todavia, Manoel impôs que se inserisse, no respectivo contrato, cláusula dispondo que o negócio se desfaria se, dentro de três anos, ele quisesse reaver o imóvel, restituindo à PETROBRAS o preço e as despesas da empresa, inclusive as empregadas em melhoramentos da propriedade. Nessa situação, tem-se uma situação de retrato legalmente admitida pela lei civil. Todavia, como a retrovenda não pode ser oposta a terceiros, a PETROBRAS deverá notificar Manoel para readquirir o imóvel, na hipótese de pretender aliená-lo antes de consumado o prazo para o resgate.
- 4 Joana doou um terreno urbano de sua propriedade a uma entidade assistencial. Efetuado o registro da doação na matrícula do imóvel, imediatamente se iniciou a construção da sede da entidade. Dois anos após estar instalada no local, a donatária foi intimada para desocupar o imóvel, por força de decisão judicial transitada em julgado, que desconstituiu o título de propriedade da doadora. Joana era ré no respectivo processo e fez uso de todos os recursos adequados à hipótese, porém, nunca deu ciência à entidade donatária acerca da existência do litígio envolvendo a propriedade. Nessa situação, Joana não estava obrigada a resguardar a entidade assistencial dos efeitos advindos da perda da propriedade em decorrência da evicção.
- 5 Mário vendeu a Lúcio uma caldeira que recebera como parte do pagamento na alienação de uma propriedade rural. Mário não tinha conhecimento de qualquer defeito no maquinário. Porém, quando Lúcio pôs o equipamento para funcionar, constatou, após diversas tentativas, que, com alguns minutos de uso, ocorria um superaquecimento na caldeira, tornando-a, em consequência, imprópria ao uso a que se destinava. Nessa situação, o desconhecimento do defeito, devidamente comprovado, exime a responsabilidade de Mário, alienante de boa-fé, em face do vício redibitório.

QUESTÃO 23

Acerca dos contratos, julgue os itens a seguir.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

O posto de combustíveis ABC, pessoa jurídica de direito privado, tem domicílio em Brasília – DF. Ao contratar com a Distribuidora BR, pessoa jurídica domiciliada em Salvador – BA, estabeleceu-se a cláusula de que qualquer demanda decorrente do contrato seria resolvida no foro da cidade de São Paulo – SP.

Nessa situação, a cláusula de eleição de foro apresenta vício insanável de nulidade, haja vista nem o Posto ABC nem a Distribuidora BR serem domiciliados em São Paulo – SP.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro celebrou contrato de mútuo e alienação fiduciária em garantia com o Banco XYZ, por meio do qual obteve empréstimo para a aquisição de veículo novo, dando a propriedade do bem como garantia de pagamento. Por ocasião da celebração do contrato, a instituição financeira apresentou a Pedro um contrato de adesão, não tendo sido inserida qualquer cláusula por vontade do mutuário. Entre as cláusulas do contrato constava, de maneira ostensiva, que, na hipótese de inadimplemento concomitante de três prestações, a credora ficava definitivamente investida na propriedade do bem e, a par disso, o devedor só teria direito à restituição de 70% do valor das prestações pagas, definindo-se que o valor não-restituído seria a indenização pela desvalorização do bem e pelo aluguel do veículo no período.

Nessa situação hipotética, o contrato de adesão é válido, mas é nula de pleno direito a cláusula que estabelece a perda de valores das prestações pagas.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma cooperativa cedeu a um cooperativado, a título de empréstimo, cem toneladas de milho, que deveriam ser entregues à indústria que adquirira os grãos diretamente do produtor. Sobrevindo a colheita dos grãos em sua propriedade, o cooperativado restituiu à cooperativa o quantitativo que tomara de empréstimo, assumindo os custos relativos ao transporte e ao carregamento dos grãos.

Nesse caso, caracterizou-se um contrato de comodato.

4 A fiança pode ser limitada à obrigação principal, mas se não o for, abrangerá todas as obrigações acessórias, como cláusula penal, juros moratórios e multa contratual, bem como as custas processuais e os honorários advocatícios decorrentes de processo judicial por meio do qual o credor busque a implementação do seu direito.

5 Se uma seguradora, cientificada de que o veículo que se pretendia segurar estava inutilizado, em decorrência de acidente anterior à apresentação da proposta de seguro, ainda assim expediu a respectiva apólice, então essa seguradora ficará sujeita às sanções legais decorrentes do seu ato ilícito e, a par disso, ficará obrigada a pagar ao segurado a indenização prevista no contrato se, além de expedir a apólice, tiver recebido o respectivo prêmio.

QUESTÃO 24

Julgue os itens que se seguem, relativos às obrigações e aos seus efeitos.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Macedo contratou com Moraes a cessão de um touro reprodutor para cobertura das vacas de sua propriedade. O animal deveria ser restituído a Moraes em um mês. Todavia, estando Macedo há duas semanas em mora quanto à obrigação de restituir o touro, o poder público determinou o extermínio de todo o rebanho bovino da região, inclusive os animais que se encontravam nas propriedades de Macedo e de Moraes.

Nessa situação, embora a perda do animal decorra de força maior notória, Macedo responderá pelo perecimento do bem em decorrência da mora em que se encontrava.

2 Considerando que o art. 1.262 do Código Civil dispõe que: “É permitido, mas só por cláusula expressa, fixar juros ao empréstimo de dinheiro ou de outras coisas fungíveis. Esses juros podem fixar-se abaixo ou acima da taxa legal (art. 1.062), com ou sem capitalização.”, é correto afirmar que esse dispositivo tem, presentemente, vigência plena no ordenamento jurídico.

3 A dação em pagamento é o acordo liberatório, feito entre credor e devedor, em que o credor consente em receber uma coisa diversa da avençada.

4 Considere a seguinte situação hipotética.

A PETROBRAS celebrou contrato com a Construtora Beta, que tinha por objeto a aquisição de um edifício que seria construído em terreno da própria construtora contratada. Os pagamentos seriam realizados no decorrer da construção, de modo a restar 20% do valor total a ser pago quando da entrega da obra. Estipulou-se, então, que o edifício deveria ser entregue em 6/6/2001, definindo-se, ainda, que, estando em mora a construtora, se o edifício não fosse entregue até o dia 6/12/2001, restaria caracterizado o inadimplemento total, hipótese em que, em substituição à entrega do edifício, a Construtora Beta deveria pagar à PETROBRAS a importância de um milhão de reais, a título de cláusula penal — valor esse previamente estimado para perdas e danos, incluindo os pagamentos que a PETROBRAS já teria efetuado.

Nesse caso, se a Construtora Beta não entregar o edifício até 6/12/2001, a pretensão da PETROBRAS não ficará restrita à faculdade de exigir o adimplemento da cláusula penal, sendo-lhe franqueada, sim, a alternativa de exigir a entrega do edifício.

5 Desde que estabelecido no título originário, é válido e compatível com a natureza jurídica da obrigação solidária estipulá-la como condicional ou a prazo para um dos co-credores ou co-devedores, e pura e simples para outro, uma vez que a solidariedade diz respeito à prestação, propriamente, e não à maneira pela qual ela é devida.

QUESTÃO 25

Julgue os itens abaixo, à luz da legislação civil vigente.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Por ocasião do seu divórcio com Marli, Dimas constituiu usufruto sobre imóvel de sua propriedade exclusiva em favor dela e da filha de ambos, nada dispondo acerca do direito de crescer. O imóvel foi, então, alugado pelas usufrutuárias por dois mil reais. Um ano depois, contudo, Marli faleceu.

Nessa situação, a filha de Dimas terá direito à renda de dois mil reais proveniente do imóvel dado em usufruto.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Agindo de má-fé e clandestinamente, Carlos invadiu dez hectares da fazenda de Martins, dos quais se apossou. Não querendo entrar em conflito e considerando que a área invadida não lhe era útil, Martins não buscou ser reintegrado na posse de sua propriedade. Carlos manteve-se na área invadida por dezenove anos e seis meses, explorando-a como se fosse o seu proprietário. Após esse período, porém, Carlos quis se transferir para a sua terra de origem, razão pela qual cedeu a sua posse a Joaquim pelo preço de vinte mil reais. Oito meses depois de Joaquim estar na posse da área, Martins ajuizou ação de reintegração de posse, objetivando recuperar a área invadida.

Nessa situação, Joaquim poderá adquirir a propriedade por usucapião, não sendo admissível, ademais, o manejo da ação possessória por Martins.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Após o falecimento do seu irmão e da sua cunhada, Túlio obteve a guarda de Cláudia, sua sobrinha, a quem criou como se fosse sua filha. Quando Cláudia completou 21 anos de idade, Túlio doou-lhe um apartamento, fazendo constar na respectiva escritura pública que renunciava ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão da donatária. Algum tempo depois, necessitando de recursos para iniciar atividade comercial, Cláudia obteve um empréstimo, constituindo hipoteca sobre o seu imóvel em garantia da dívida. Meses após, porém, Túlio e Cláudia tiveram grave desentendimento. Descontrolando-se no calor da discussão, Cláudia assacou graves injúrias contra o seu tio e o feriu de forma violenta, fazendo uso de objeto contundente.

Nesse caso, Túlio poderá revogar a doação, mas essa revogação não desconstituirá a hipoteca.

4 Um desportista poderá explorar comercialmente o apelido com que ficou notoriamente conhecido, mas essa alcunha não é passível de registro como marca de produto.

5 Os direitos autorais são, para efeitos legais, considerados bens móveis. Ademais, a proteção aos direitos morais e patrimoniais sobre a obra que o autor criou independe de registro, embora lhe seja facultado registrá-la.

QUESTÃO 26

João propôs ação de “modificação de cláusula de contrato de compra e venda”, pelo rito ordinário, contra Marques, de quem adquirira um imóvel por este construído, pleiteando a condenação do réu ao pagamento da quantia de quarenta e cinco mil reais a título de indenização pelos reparos necessários feitos no prédio, em razão de vícios e defeitos ocultos existentes.

Após a contestação ofertada pelo réu, o juiz, melhor examinando os autos, veio a indeferir a inicial, entendendo ser o autor carecedor de ação, já que, uma vez aperfeiçoada a compra e venda, não existe previsão, no ordenamento jurídico, para que a parte pleiteie a revisão do contrato para obter redução do preço e das prestações ajustadas. Assentou que, em face dos defeitos apresentados, deveria o autor ajuizar a ação própria em vez da ação de “modificação de cláusula de contrato de compra e venda”. Condenou o autor em custas e honorários de advogado, fixados estes em mil reais.

O autor apelou da sentença, sustentando a existência de irregularidades e inadequação do material empregado na construção, ressaltando a responsabilidade do réu pela construção.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, o ordenamento jurídico pertinente e a tendência moderna de considerar-se o processo, em sua instrumentalidade, como meio de realização da justiça, julgue os itens a seguir.

- 1 O nome com o qual o autor designa a ação proposta não é relevante na determinação da possibilidade jurídica do pedido, mas sim os fatos narrados e o pedido do autor; se este encontra respaldo no ordenamento jurídico, deve o juiz aproveitar o que resultar da exposição do autor, desprezando equívocos na nomenclatura da ação e na indicação dos dispositivos legais.
- 2 Na hipótese em apreço, ainda que o juiz não houvesse indeferido liminarmente a inicial, poderia tê-lo feito após a contestação, não se operando a preclusão em relação ao tema.
- 3 No caso em consideração, se o tribunal, ao julgar o recurso, entender que a causa encontra-se madura para julgamento, poderá, tendo em vista o efeito devolutivo amplo da apelação, julgar o mérito da causa.
- 4 Se o tribunal, por maioria, improver o recurso de João, serão cabíveis embargos infringentes da decisão.
- 5 Transitada em julgado decisão do tribunal que tenha improvido a apelação, por unanimidade, João não mais poderá intentar nova ação com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, contra o mesmo réu, tendo em vista a formação da coisa julgada material.

QUESTÃO 27

Mandado de segurança decidido em única instância por tribunal estadual enseja a interposição

- 1 de recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em qualquer hipótese, ainda que a decisão não tenha sido unânime, tendo em vista súmula do STJ que entende incabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido em apelação que julga mandado de segurança.
- 2 de recurso ordinário para o STJ, caso seja denegatória a decisão, ainda que o recurso seja fundado na violação a dispositivo de lei local.
- 3 de recurso ordinário para o STJ, caso seja denegatória a decisão, mesmo que o recurso seja fundado em violação a dispositivo da Constituição da República.
- 4 de recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF), caso seja deferida a segurança, desde que o recurso seja fundado em violação a dispositivo da Constituição da República.
- 5 simultânea dos recursos especial e extraordinário, caso seja denegatória a decisão.

QUESTÃO 28

Decisão de última instância, com fundamentos suficientes de naturezas legal e constitucional,

- 1 enseja a interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário, cabendo à parte optar por um ou por outro.
- 2 enseja a interposição de recurso extraordinário, tão-somente, uma vez que a jurisdição do STF, sendo constitucional, absorve em tais hipóteses a do STJ.
- 3 deve ser atacada mediante recurso especial perante o STJ, cabendo, da decisão aí proferida, recurso extraordinário para o STF.
- 4 deve ser atacada mediante recurso especial e recurso extraordinário, sob pena de não-conhecimento do recurso que vier a ser interposto.
- 5 contra a qual tenham sido interpostos recurso especial e recurso extraordinário, se tiver confirmado no julgamento do especial o fundamento infraconstitucional, e transitar em julgado a decisão do STJ, não será o extraordinário conhecido pelo STF.

QUESTÃO 29

Julgue os itens abaixo.

- 1 Nos mandados de segurança, não é necessária a intimação da pessoa jurídica de direito público para prestar informações, bastando a notificação da autoridade coatora para fazê-lo.
- 2 Somente os tribunais podem reconhecer a inconstitucionalidade de lei *incidenter tantum*, sendo vedado ao juiz de primeiro grau fazê-lo sem a observância do procedimento próprio: suspensão do processo e suscitação do incidente de inconstitucionalidade previsto no Código de Processo Civil.
- 3 Compete à justiça federal apreciar e julgar ação de desapropriação intentada pela PETROBRAS, sendo a competência, em tal hipótese, *ratione personae* e, portanto, absoluta.
- 4 Nos processos de execução, vêm a jurisprudência e a doutrina admitindo que — em hipóteses em que se evidencie a ausência de pressupostos processuais ou das condições da ação, entre as quais aquelas específicas do processo de execução — o executado possa fazer suas alegações em exceção de pré-executividade, ficando dispensado de garantir o juízo e de oferecer embargos.
- 5 As cautelares e as antecipações de tutela, ambas classificadas como medidas de cognição sumária e não-exauriente, admitem concessão de ofício, podendo o juiz, ainda, quando requeridas pela parte, concedê-las de forma ou conteúdo diverso do requerido, tendo em vista os princípios do poder geral de cautela do juiz e da fungibilidade das medidas liminares.

QUESTÃO 30

Quanto ao direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 1 Se o Ministério Público Federal estiver investigando crime financeiro alegadamente causado por dirigente de empresa prestadora de serviços à PETROBRAS, o procurador da República responsável pela investigação poderá, de acordo com o entendimento jurisprudencial acerca do sigilo bancário, requisitar, diretamente ao banco no qual a empresa mantinha conta-corrente, os extratos bancários dela, com a finalidade de elucidar o delíto.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
O Congresso Nacional instalou comissão parlamentar de inquérito (CPI) com a finalidade de investigar fatos relativos à atuação empresarial da PETROBRAS. Apesar de a empresa colaborar com a comissão, esta, consensualmente, houve por bem realizar busca e apreensão de documentos na sede da companhia. Além disso, por entender que um dirigente da empresa estaria dificultando o trabalho de investigação, a CPI decidiu, por maioria absoluta de seus membros, expedir mandado de prisão preventiva contra aquela pessoa.
Nessa situação, tanto a busca e apreensão quanto a decretação da prisão preventiva são atos válidos no âmbito da competência das CPIs, já que foram motivados e derivados do voto da maioria dos membros da comissão.
- 3 A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) foi recentemente regulamentada por lei ordinária como mais um instrumento do controle judicial de constitucionalidade, que ampliou as possibilidades deste; a legislação permite que a ADPF seja ajuizada em casos aos quais anteriormente não se aplicaria o controle concentrado de constitucionalidade, mas mantém restrições ao cabimento dela, como a necessidade de ser ajuizada exclusivamente no STF e a legitimidade ativa deferida unicamente àqueles entes e órgãos que já a possuíam para a ação direta de inconstitucionalidade.
- 4 Ao organizar a Federação brasileira, a Constituição de 1988 apresenta normas que restringem a autonomia dos entes periféricos da estrutura federativa, como ocorre com os chamados princípios constitucionais sensíveis e os princípios constitucionais estabelecidos; no caso de ofensa a algum do primeiro grupo, pode a União até intervir no estado-membro ou no município.
- 5 Se um empregado da PETROBRAS valer-se do emprego para locupletar-se ilegalmente, terá, em princípio, cometido ato de improbidade administrativa e, por isso, se sujeitará à ação judicial prevista para esses casos, a qual, se julgada procedente, poderá impor ao empregado ímprobo sanções de natureza civil, administrativa e política, sem prejuízo da aplicação cumulativa de pena eventualmente fixada em processo-crime; ainda que a ação por improbidade administrativa apresente grave nulidade em seu processamento, não caberá a concessão de *habeas corpus* para trancá-la.

QUESTÃO 31

A respeito do direito tributário, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Por força do princípio constitucional da estrita legalidade em matéria tributária, tanto a isenção quanto a imunidade tributárias têm de ser necessariamente estabelecidas em lei *stricto sensu*; por outro lado, se determinada situação for alvo de norma instituidora de imunidade tributária, não poderá haver isenção para a mesma situação.
- 2 A solidariedade, no direito tributário, não se pode presumir, mas tem de derivar da lei; por outro lado, ela não admite benefício de ordem entre os co-obrigados.
- 3 No direito tributário, por força do princípio da igualdade tributária, não se admite a fixação, na lei, de tratamento diferenciado entre contribuintes ou responsáveis com base em critérios referentes às condições pessoais dos destinatários da norma.
- 4 Como decorrência da regra constitucional que estabelece a não-cumulatividade do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), os custos em que a empresa incorre — como o preço de serviço ou bem, seja ele destinado, por exemplo, a revenda ou a emprego como matéria-prima, produto intermediário ou embalagem — que se tenham sujeito a esse tributo darão causa a crédito do imposto; essa sistemática é conhecida como regime de crédito financeiro.
- 5 No direito civil, usa-se o termo **pagamento**, em sentido amplo, para designar o adimplemento de todo tipo de obrigação, e, em sentido restrito, para significar o adimplemento de obrigação pecuniária; o Código Tributário Nacional (CTN), ao empregá-lo no capítulo que cuida da extinção do crédito tributário, usa-o em sentido amplo.

QUESTÃO 32

Com referência ao direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 1 Na interpretação e integração da legislação tributária, a autoridade fiscal pode valer-se da analogia e da equidade, mas com limitações, de modo que o emprego da primeira não pode resultar na exigência de tributo que a lei não haja previsto e que a aplicação da segunda não pode ter como consequência a exoneração do contribuinte, se o tributo for devido.
- 2 Nos embargos à execução fiscal, o juiz deve, necessariamente, deferir o requerimento de prova pericial formulado pelo embargante, sob pena de gerar cerceamento de defesa e, por consequência, nulidade do processo.
- 3 Na execução fiscal, é possível a garantia da instância por meio do oferecimento de bem de propriedade de terceiro; se o bem for imóvel e o terceiro for casado, a garantia ficará condicionada tanto à aceitação do exequente quanto ao consentimento do cônjuge, sendo que este consentimento não pode ser implícito.
- 4 O regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (REPETRO) pode aplicar-se não somente a máquinas como também a equipamentos sobressalentes, ferramentas, aparelhos e partes e peças destinadas a garantir a operacionalidade dessas máquinas; além disso, no caso de exportação, os bens beneficiados pelo REPETRO podem ser objeto de saída real ou ficta do território nacional.
- 5 A ação anulatória de débito fiscal e a ação declaratória seguem ambas o rito ordinário previsto no Código de Processo Civil e têm em comum o pedido, isto é, uma e outra destinam-se à anulação do procedimento administrativo fiscal, no todo ou em parte.

QUESTÃO 33

Com relação ao direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 1 Nas relações jurídicas de emprego, as alterações contratuais devem contar com o consentimento mútuo das partes envolvidas, não podendo ocasionar prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade. No entanto, em respeito ao princípio da autonomia da vontade que informa a teoria geral dos contratos, faculta-se a ratificação respectiva em juízo, perante o sindicato profissional ou autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTb), caso em que será plenamente válida, ainda que ocasione prejuízos ao empregado.
- 2 Na atividade empresarial que demande turnos de trabalho organizados em escalas ininterruptas de revezamento, o limite horário máximo é de seis horas. A adoção de outro limite dependerá de negociação coletiva, que deve ser conduzida com a participação obrigatória do sindicato profissional da categoria.
- 3 O empreiteiro que se qualifica como operário ou artífice submete-se ao mesmo tratamento legal reservado ao trabalhador com vínculo de emprego, detendo os mesmos direitos e deveres estabelecidos na legislação trabalhista.
- 4 Na forma do entendimento jurisprudencial prevalente, a contratação de trabalhador por empresa interposta acarreta o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora, quando, além de demonstrada a personalidade e a subordinação jurídica do empregado a prepostos dessa última, a execução de serviços estiver ligada a atividade-fim por ela explorada.
- 5 Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a violação de direitos trabalhistas por parte da empresa prestadora de serviços licitamente terceirizados implica a responsabilidade subsidiária do respectivo tomador dos serviços, salvo quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista, pois, nesses casos, haveria afronta ao princípio constitucional que exige aprovação em concurso público como condição para o debate acerca da responsabilidade trabalhista de entidades integrantes da administração pública indireta.

QUESTÃO 34

Julgue os itens seguintes.

- 1 No sistema legal brasileiro, convenções e acordos coletivos de trabalho são aplicáveis apenas aos contratos celebrados por empregados sindicalizados.
- 2 Os empregados de empresas de exploração de petróleo cujas atividades imponham o contato habitual com produtos inflamáveis devem receber o pagamento do adicional de periculosidade, calculado com base em percentual variável e proporcional à duração do trabalho naquelas condições.
- 3 A exposição do trabalhador a agentes agressivos à saúde além dos limites máximos de tolerância fixados pelo MTb determina o pagamento de adicional variável, calculado sobre o valor do salário mínimo. Quando debatida a matéria em juízo, será obrigatória a realização de perícia técnica, por médico ou engenheiro do trabalho, sob pena de nulidade.
- 4 De acordo com o direito vigente, a locação de mão-de-obra é admitida apenas em situações excepcionais, destinada a suprir necessidades transitórias do empregador. Nesses casos, o empregado da empresa de trabalho temporário deve receber salário equivalente ao salário pago aos empregados exercentes da mesma função perante a empresa cliente ou tomadora, a qual será, em caso de falência da prestadora, solidariamente responsável pelo pagamento da remuneração devida aos empregados terceirizados.
- 5 Nas relações jurídicas de emprego, não há a possibilidade de configuração de dano de ordem moral, pois a subordinação jurídica do operário ao empregador, que detém os poderes diretivo e hierárquico, legitima a imposição de sanções compatíveis com as violações contratuais eventualmente praticadas.

QUESTÃO 35

Com relação a acordos trabalhistas e ao processo judiciário do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 1 No âmbito da justiça do trabalho, o procedimento sumaríssimo é obrigatório apenas para as causas com valores inferiores a vinte salários mínimos. Acima desse limite, a presença de advogado é obrigatória, aplicando-se o procedimento trabalhista ordinário.
- 2 Havendo comissão de conciliação prévia em regular funcionamento, constituída com a participação do sindicato ao qual é filiado o trabalhador, o ajuizamento de ação perante a justiça do trabalho deverá ser precedido da submissão do conflito ao exame da referida comissão, salvo se houver motivo relevante que impossibilite a adoção dessa providência.
- 3 Nos procedimentos sumaríssimo e ordinário, o juiz do trabalho é livre na definição das provas necessárias à solução do conflito, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- 4 Reconhecidos fatos geradores da incidência da contribuição previdenciária, em sentença judicial com trânsito em julgado, a execução correspondente deve ser processada de ofício pela autoridade judiciária trabalhista. Nesse sentido, liquidada a sentença, o INSS deve ser intimado a se pronunciar acerca da conta, sob pena de preclusão.
- 5 Perante o TST, o recurso de revista interposto contra acórdão regional proferido em sede de execução de sentença será admitido apenas quando a interpretação do preceito de lei federal aplicado for diversa da que lhe houver sido dada por outro tribunal regional do trabalho ou quando configurada a afronta direta e literal a preceito constitucional.

QUESTÃO 36

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, relativa ao direito administrativo, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 O setor de recursos humanos da PETROBRAS entendeu que certas vantagens pagas a determinado servidor da entidade, além de não terem caráter pessoal, ultrapassavam a remuneração de ministro de Estado. Nesse caso, o referido setor deverá determinar o corte das citadas vantagens, a fim de que seja observada a regra do teto constitucional.
- 2 Será admitido no quadro de pessoal da PETROBRAS determinado indivíduo que já é aposentado no cargo de analista judiciário do STF. Nesse caso, o setor que cuida das admissões deve exigir que o empregado opte pela remuneração a ser paga pela PETROBRAS ou pelos proventos da aposentadoria.
- 3 Foi protocolizado, na própria PETROBRAS, pedido de ressarcimento de despesas sofridas por motorista de veículo particular em decorrência de acidente que envolveu veículo da entidade. Nesse caso, ainda que não tenha sido provada culpa na conduta do motorista da PETROBRAS, deverá ser autorizado o pagamento da indenização, haja vista ser objetiva a responsabilidade da entidade.
- 4 Determinada empresa controlada pela PETROBRAS foi autorizada a celebrar qualquer contrato sem licitação. Nesse caso, é legítima a autorização, em face de a referida empresa controlada não estar submetida ao dever constitucional de licitar.
- 5 Foi editado ato interno na PETROBRAS que autorizou seus empregados de nível médio que obtivessem diploma de nível superior a ascenderem ao cargo superior da área correspondente ao diploma. Nesse caso, em razão do *status* jurídico da PETROBRAS, é legal o ato praticado, que requererá, tão-somente, para a sua validade, a realização de concurso interno.

QUESTÃO 37

Acerca do regime jurídico aplicável à PETROBRAS, julgue os itens que se seguem.

- 1 A PETROBRAS possui personalidade jurídica de direito privado. Conseqüentemente, a punição a ser aplicada a seus empregados pelo cometimento de infrações independerá de processo que assegure contraditório e ampla defesa.
- 2 A PETROBRAS possui competência para desapropriar bens, ressalvados aqueles pertencentes à fazenda pública federal.
- 3 Os empregados da PETROBRAS não terão estabilidade, haja vista o regime jurídico por ela adotado ser o da CLT e a estabilidade ser direito reconhecido aos ocupantes de cargos efetivos.
- 4 A PETROBRAS poderá, independentemente de lei autorizativa, alienar bens imóveis. Essa alienação, no entanto, dependerá da demonstração do interesse público, de avaliação prévia e da realização, em regra, do devido processo licitatório.
- 5 Sendo a PETROBRAS entidade exploradora de atividade empresarial, sujeita-se ao mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas, podendo, inclusive, beneficiar-se de incentivos fiscais.

QUESTÃO 38

Julgue os itens abaixo, considerando as regras do direito ambiental brasileiro.

- 1 É de competência do IBAMA o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos localizados e desenvolvidos no mar territorial e na plataforma continental, após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos estados e municípios em que se localizar a atividade ou o empreendimento.
- 2 A reparação dos danos ambientais está condicionada à apuração da culpa do agente por eles responsável.
- 3 É circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime ambiental, ter o agente cometido a infração no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.
- 4 As atividades que possam afetar a biota ficarão subordinadas às normas editadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente somente se forem desenvolvidas no interior das áreas das unidades de conservação.
- 5 Constitui diretriz geral de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

QUESTÃO 39

Em decorrência de negócio jurídico, a sociedade X emitiu, em favor da PETROBRAS, nota promissória que recebeu o aval da sociedade Y.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 1 A PETROBRAS somente poderá executar a sociedade Y após esgotados os meios para recebimento do crédito da sociedade X.
- 2 A ação executiva a ser proposta pela PETROBRAS contra as sociedades X e Y independe de protesto cambial.
- 3 Caso a PETROBRAS queira requerer a falência da sociedade X com base na impontualidade no pagamento da referida nota promissória, o requerimento de falência deverá estar instruído com a certidão de protesto de título.
- 4 É de seis meses, contados a partir do vencimento do título, o prazo prescricional para a proposição de ação cambial contra as sociedades X e Y.
- 5 Caso a nota promissória apresente vício de forma, a sociedade Y poderá utilizar esse vício como fundamento para não efetuar o pagamento do título.

QUESTÃO 40

Considerando as regras do direito internacional privado, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Se um cidadão alienígena domiciliado em seu país vier ao Brasil para contrair matrimônio com uma brasileira, o juiz brasileiro poderá ter de eventualmente examinar se o nubente atende aos requisitos tanto da lei brasileira quanto da de seu país; essa possibilidade de normas estrangeiras aplicarem-se no direito brasileiro decorre da chamada teoria da incorporação.
- 2 Se um importador firmar dois contratos para a compra de mercadoria de acordo com os *Incoterms 2000* e acordar com o exportador que as aquisições serão, respectivamente, dos tipos FAS e CIF, isso significará que, no primeiro contrato, o preço do exportador incluirá as despesas necessárias à colocação da mercadoria desembaraçada para exportação no cais, ao longo do costado do navio, cabendo ao importador todas as responsabilidades daí em diante, inclusive as despesas para embarque dos bens; no segundo contrato, o preço cobrado pelo vendedor incluirá, além do preço do produto, o seguro e o frete da mercadoria, que deverá estar livre para a exportação e cujo embarque será responsabilidade do exportador.
- 3 O crédito documentário, como modalidade de pagamento de importações, é regido pelas Regras e Usos Uniformes sobre Créditos Documentários da Câmara de Comércio Internacional (CCI), conhecidas como Brochura 500; a carta de crédito é emitida por um banco para isso contratado pelo importador (banco emissor) e deve especificar as condições da importação e as características da mercadoria, cabendo ao banco avisador comunicar o exportador, conferir os documentos da exportação e efetuar o pagamento dela ou aceitar a respectiva letra de câmbio, remetendo esses documentos em seguida ao banco emissor; as cartas de crédito emitidas nesses moldes devem ser irrevogáveis, para segurança do exportador.
- 4 Consoante a Lei de Introdução ao Código Civil, a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras acerca do começo e do fim da personalidade, do nome, da capacidade e dos direitos de família; nesse caso, o elemento de conexão eleito pelo legislador para a definição do direito aplicável, em caso de conflito, é o domicílio.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Duas empresas tiveram determinado litígio resolvido pelas regras da arbitragem em um país europeu que não previa a necessidade de essa sentença ser homologada por seu Poder Judiciário. De acordo com a decisão dos árbitros, ela deveria ser executada no Brasil.
Nessa situação, nos termos da legislação brasileira acerca da arbitragem, o julgamento dos árbitros não poderá ser homologado pelo STF por não se tratar, tecnicamente, de sentença; porém, essa decisão valerá no Brasil como título executivo extrajudicial.